

## POLÍTICA EDUCACIONAL

CURRÍCULO: *A Distorção de um Conceito*

Maria Nilde Mascellani

Renov

Nota-se cada vez mais o descontentamento dos estudantes em relação ao ensino nos diferentes níveis em que o mesmo se desenvolve, ou seja, do curso fundamental à Universidade, passando pelo segundo grau profissionalizante ou pelos supletivos e madureza. É inútil buscar as razões deste descontentamento nas formas aparentes da educação, nas técnicas de ensino aos níveis pedagógico e didático.

A situação apontada tem suas raízes em condições de ordem estrutural vinculadas à maneira pela qual se organiza e funciona a sociedade brasileira como um todo e, dentro dela, o que constitui a política educacional.

Afirmar simplesmente que crianças e jovens não se interessam pelo estudo ou não apresentam qualquer tipo de curiosidade em relação aos vários campos da atividade humana é enganoso e nos leva a trabalhar a superfície do problema. Poderíamos localizar vários problemas que têm afetado a educação brasileira nos últimos anos — em especial a Universidade.

Por razões de ordem didática passaremos a enumerá-los e a comentá-los para posteriormente organizarmos raciocínios mais genéricos.

1. Sem entrar no debate de todos os problemas que atingem a educação da infância e da juventude brasileiras, procuraremos destacar a questão da orientação vocacional do jovem, processo inexistente no sistema regular de ensino e nos programas paralelos no âmbito da educação pública. Seria desejável que o jovem, ao se dirigir para a Universidade, tivesse clareza quanto as prováveis opções que pode fazer no tocante aos estudos posteriores, tendo como objetivo a busca de sua realização como ser em sociedade.

Como a maioria dos estudantes não é trabalhada no processo educativo para perceber a necessidade e a importância desta definição, o que ocorre é um imenso contingente de jovens que têm apenas como polo motivador o ingresso na Universidade como busca de "status" e de melhores condições materiais de vida. Não importa a profissão, não importa o curso. Note-se que o maior índice de competição nos vestibulares se instala nos cursos vinculados às profissões definidas socialmen

te como profissões de valor social ou profissões rentáveis.

Há quase duas décadas este processo se intensifica alienando cada vez mais os estudantes quanto ao sentido do que é Educação e conduzindo-os à aceitação fácil de engodos pedagógicos que já se caracterizam como empresas de lucro fácil na área educacional. Os estudantes são levados a crer que o cursinho é a situação salvadora que preencherá todas as lacunas do ensino anterior e permitirá o êxito nos processos seletivos à Universidade. Está aí um primeiro ponto a considerar quanto à ruptura do sentido crítico que o jovem deveria desenvolver em relação a si mesmo, à Educação e à Sociedade.

2. Se tentássemos perseguir a linha cronológica dos fatos encontraríamos esses mesmos estudantes com dificuldades acentuadas para entender e discutir o ensino universitário, o ensino público e gratuito ou o ensino pago, a discriminação entre estudantes pobres, remediados e ricos que, em virtude de seus antecedentes sócio-econômicos vão se matricular também de formas discriminadas em universidades públicas ou particulares.

Por paradoxal que possa parecer, os estudantes que durante todo o ensino médio tiveram possibilidade de frequentar boas escolas particulares serão aqueles que terão o ingresso facilitado na universidade pública; ao contrário, os que frequentaram o ensino fundamental e o segundo grau em escolas públicas ou fizeram supletivos em cursos particulares, serão distribuídos, de algum modo, pela rede de faculdades particulares.

Reforçando esse esquema da política educacional, nos defrontamos ainda com o conteúdo veiculado pelos meios de comunicação de massa, conteúdo esse que tem como mensagem nuclear a idéia de que consumir educação a qualquer custo é a forma mais eficiente de vencer na vida e que do esforço do sujeito depende sempre o seu sucesso.

Os estudantes que assim são educados dificilmente terão condições de criticar a Universidade, avaliar objetivamente o curso que fazem e participar de discussões ou de intervenções sobre o mesmo, ainda que solicitados.

A decantada participação dos estudantes na discussão do ensino, do curriculum, da relação professor-aluno, dos critérios de avaliação, não passa muitas vezes de uma farsa inconscientemente estabelecida ou tacitamente aceita.

Numa sociedade que se rege em todos os planos por comportamentos autoritários, a Universidade assim como qualquer outra escola de outro nível não estarão ilesas desta contaminação, até porque a escola como instituição se apresenta sempre como reprodutora das formas de ação e da ideologia do Estado. É um tanto quimérico pensar que fa-

cilmente se instala "a democracia" no âmbito da Universidade. A partir deste raciocínio poderíamos nos perguntar o que seria mais autêntico no tocante à pedagogia universitária: permitir que as contradições resultantes da relação autoritarismo-participação se tornem evidentes ou atenuá-las, permitindo, via tecnologia educacional, uma falsa participação. A resposta a esta questão se orientará naturalmente pela filosofia que venha a reger o modelo educacional, na medida em que este é adequado ao modelo econômico, com o qual se contemporiza a filosofia subjacente à educação que nos é imposta, se traduz numa educação voltada para o desenvolvimento econômico e amparada pela "segurança".

Ora, é a partir do modelo econômico e de suas exigências que a Universidade se organiza para responder à questão educacional. Não é por acaso que ela está totalmente voltada para a formação de mão-de-obra, de preferência nas áreas de aplicação tecnológica. No plano geral, entretanto, ela tem consciência de estar inflacionando o mercado com excedente de mão-de-obra precariamente qualificada, o que determinará o rebaixamento automático do nível qualitativo profissional e do nível salarial em cada setor. Desta forma muitos chegarão à Universidade e da mesma forma sairão, o que virá a alterar muito pouco o quadro de perspectivas pessoais de cada estudante e menos ainda o quadro sócio-econômico-político vigente.

Profissionais domesticados pelo ensino universitário vigente serão quase todos empregados assalariados ou funcionários públicos inseridos num violento sistema de competição que os treinará progressivamente para a defesa de seus interesses individuais e para a rejeição de soluções grupais, associativas e coletivistas. Se assim é, onde encontrar o resultado daquele treino de participação tão incentivada no âmbito universitário, particularmente nas situações de discussão, da programação de ensino e das técnicas utilizadas para se efetivar tal aprendizagem? É, portanto, fundamental discutir como se dá a formação para a participação, o treino para a tomada de decisões, enfim, a elaboração de opções conscientes e conseqüentemente críticas.

3. Diante do exposto, passaremos a discutir uma das questões que, via de regra, preocupa os estudantes — a organização do currículo.

A partir da Reforma Universitária de 1968, entre outras questões, sobressai a possibilidade de se imprimir uma certa dinâmica ao currículo. Isto quer dizer que matérias ou disciplinas podem ser colocadas em diferentes arranjos de áreas ou desenvolvidas em momentos diferentes do tempo de curso. Na realidade, entretanto, tal pressuposto poderia criar um espaço de mobilidade para os educadores; ao ver

de alguns, prejudicial à garantia da unidade de um determinado curso.

O que fez então o legislador?

Em escalões hierarquicamente mais baixos aos da cúpula do MEC ou do poder de discussão de uma Câmara Federal de deputados, as comissões especiais e os conselhos federal ou estadual de educação se incumbiram de garantir a margem de estática desejada. Surgem daí as exigências dos currículos mínimos, das disciplinas obrigatórias, da dosagem de carga horária, da previsão de estágios, etc.

Desta forma alunos e professores estão sujeitos a determinação dos parâmetros estabelecidos para cada curso, desconhecendo a proposta pedagógica e a filosofia que lhe é inerente. Embora permaneça alguma margem de opção, esta se dá ao nível periférico do curriculum. Em última instância o aluno imaginando compor o próprio curriculum, acaba concluindo aquele que é proposto pela escola.

4. Muitas indagações aqui colocadas poderiam ser mais facilmente compreendidas se explicitássemos o conceito contemporâneo de curriculum. Tradicionalmente ele tem sido definido como soma ou rol de matérias. O que se discute no âmbito de cada uma delas é o chamado programa e este, por sua vez, se traduz em conteúdos de conhecimento próximos ou distantes da realidade que os alunos vivenciam e das indagações que se colocam.

Normalmente se observa o estudante na defesa e na busca de melhores condições de ensino. Entretanto esta expressão não é traduzida no meio estudantil senão como busca de melhores condições materiais, ou seja, prédio, salas, laboratórios, bibliotecas, mais professores, mais funcionários. Os que mais avançam são aqueles que situam a discussão sobre a relação professor-aluno, sobre o processo ensino-aprendizagem, enfim, busca de horizontalidade, busca de verticalidade.

Todo este quadro, porém, ainda que resolvido não levaria à superação de questões educacionais internas e intrínsecas ao processo educativo universitário. Isto porque não se cogitou de discutir a dicotomia Universidade-Sociedade (vide Educação, vivência e escola, realidade concreta e livro).

A prática educativa que permeia a ação pedagógica universitária é não só demasiadamente livresca como tem sido em outros momentos da história de nossa educação, mas é reforçada no momento presente por uma variável de difícil controle: a repressão cultural que impede, no cerne da comunicação humana, que os fatos, as realidades de uma sociedade concreta possam ser estudados e debatidos nos círculos universitários. O que é a instituição universitária senão o espaço escolar mais ampliado e profundo de busca de significados para a reali-

dade dos homens de um determinado tempo e lugar? Se Cultura é o grande fazer humano explicado pela dimensão histórica da contribuição material e espiritual de todos os homens e em todos os tempos, na dimensão antropológica, que contribuição estarão dando nos dias atuais estudantes, pesquisadores e professores que se distanciam dos problemas que vive o homem? Debruçam-se com frequência apenas sobre textos que tornam o ensino e a relação professor-aluno desligados da realidade. De fato descomprometidos, em consequência, registrando no processo histórico as marcas de suas omissões. Neste sentido "é um não fazer Cultura", "é não fazer História", é deixar de ser sujeito para ser objeto levado ao sabor das circunstâncias.

É a partir destas idéias que podemos começar a compreender o conceito de curriculum no contexto da prática educativa, definida essa como praxis, isto é, como ação comprometida com algo, como ação em direção a algo.

A origem do termo curriculum, explicada pelos dicionários de latim, se prende a idéias tais como: corrida, percurso, trajeto, caminhada, etc. Traduzindo o termo para o momento contemporâneo significa o conjunto organizado de experiências, de vivências e de situações estimuladoras do desenvolvimento do ser humano. O desenvolvimento nos aspectos motor, cognitivo, social e afetivo se dá da infância até a culminância da fase adulta num crescendo de aprendizagens, de aquisição de idéias, de formação de atitudes, de tomadas de posição, de opções que se seguem diante das mais variadas situações. Então a ação educativa que perpassa o curriculum será o acompanhamento do citado desenvolvimento, como uma paralela e continuada programação de estimulações e interpretação de vivências que, em última análise resultaram na formação do indivíduo de acordo com uma certa filosofia.

É a filosofia pois que imprime direção ao curriculum, direção ao trajeto pedagógico que educadores e educandos farão de modo mais ou menos integrado. Fica claro que se o aluno deve ser, ele mesmo, sujeito de sua educação, deverá participar do curriculum. A esta altura de nossa discussão julgamos ficar mais clara a situação que desejamos estabelecer entre a falsa e a verdadeira participação educacional e social. É de se notar que em qualquer momento histórico, em qualquer sociedade, o conteúdo próprio de um curriculum é o que se refere à realidade social, econômica e política da sociedade em que se vive. Este referencial permitirã a integração contínua das experiências pessoais e grupais e a síntese cada vez mais elaborada do conhecimento que progressivamente vai se organizando.

Partindo do princípio que a realidade concreta sempre nos coloca diante de muitos dilemas e indagações, o curriculum organizado como tentativa de respostas a esses elementos nos remete para duas ver

tentes de significativa importância na vivência universitária: de um lado a busca do conhecimento pela pesquisa constante e criteriosa, de outro, um treino progressivo do compromisso do futuro profissional com a sociedade onde vive, compromisso exercitado em grupo na medida em que a busca efetiva de respostas para problemas não se realize pela forma individual, exclusivista; compromisso que o coloca frente à frente com o universo de sua futura profissão, permitindo descobri-la não só ao nível da ciência, arte ou tecnologia, mas em toda a dimensão social que ela venha encerrar.

5. Há ainda a comentar a relação que existe entre o conceito de curriculum ou a tarefa de planejar curriculum e o conteúdo da Reforma Universitária brasileira estabelecida a partir de 1968 e da legislação que rege o ensino fundamental e o 2º grau do ensino médio.

O que se pode verificar é que todos os textos legais enveredam para uma atualização da terminologia acadêmica e pedagógica sem alterar na verdade as condições de ordem estrutural. O que aparentemente pode significar flexibilidade ou abertura para a ação docente e para a participação discente é controlado por artigos do mesmo texto que permitem a coexistência do conhecido humanismo liberal na educação com as formas mais sutis de autoritarismo.

O que se criticava nas situações anteriores às reformas se modificou apenas na aparência, dando lugar à hierarquia mais rígida e ao centralismo das decisões. Além do que, legislações complementares e "excepcionais" garantem até os dias atuais o controle do processo e das formas de participação de todos os que estão envolvidos no processo educacional, via instituição escolar. As reformas de fato nos levaram a um retrocesso, de um lado porque nos foram outorgadas e talvez por essa razão não as questionássemos suficientemente; de outro, porque nos anos que se sucederam a 1964 o processo repressivo anulou a dose necessária de questionamentos. Daí o amortecimento da consciência crítica. Poderá parecer muito ambicioso, e quicá impossível, imaginar no espaço de nossa Universidade o CURRÍCULO que definimos.

Como não há transformação possível nas instituições sem que haja transformações gerais na sociedade, é fácil concluir que o curriculum que aprendemos a vivenciar em nossas universidades é aquele compatível com o desenho pelo qual esta mesma Universidade se organiza no âmbito da sociedade. Pela política educacional brasileira de hoje pode-se mesmo afirmar que há uma intencionalidade em isolar a Universidade das demais instituições sociais e da população em geral, pelo aspecto que a instituição carrega em termos de potencial de transformação. Contraditoriamente, porém, o sistema social se encarrega de fortalecer as relações Universidade-Sociedade na medida em que a primei-

ra é o local de produção de mão-de-obra para segunda, dadas as características econômicas e políticas de que se reveste. Não é por acaso que o curriculum que constatamos na maior parte das nossas universidades e das faculdades isoladas é simplesmente "um rol de materiais" se quer organizado dentro de uma sequência lógica que venha facilitar aos alunos a apreensão do conhecimento, a habilidade de pensar.

Dado que nosso objetivo sobre esse tema é o de aprofundar sua discussão, caberá por último nos perguntarmos até que ponto o esforço empregado por alguns grupos docentes, discentes ou mistos, na tentativa de reformar ou renovar o curriculum de uma determinada faculdade, não estaria caracterizado por comportamentos voluntaristas, na medida em que o problema é bem mais amplo e profundo do que se percebe à primeira vista. A reformulação do curriculum exige não somente uma visão sócio-política bastante clara da realidade na qual vivemos, como o domínio da política educacional em termos de estrutura e de conjuntura e, ainda mais, a competência técnica de especialistas no assunto.

Cabe aos grupos de professores ou de estudantes interessados na transformação da Universidade, verificar ao nível tático e estratégico o que é prioritário assumir como temas de estudos, de debates, de experiências paralelas, de inclusão de novas áreas do conhecimento, de diferente tratamento metodológico de disciplinas existentes e, até mesmo em instância maior, a denúncia da estrutura social da so ciedade brasileira com as características que lhes são peculiares e que se transformam em impedimentos de realização de uma educação voltada para as necessidades do povo brasileiro.

São Paulo, fevereiro de 1980.